

**Accódo
Reálís
ta**

**revísta
quínzenal**

Produtos de beleza Z Á Z Á

(MARCA REGISTRADA)

A essencia Zázá é o perfume das elegantes

Crème Zázá, especialidade incomparavel para tirar as sardas, manchas, rugas, etc. (não é gorduroso) **Caixa 7\$900 réis**

Depilatorio Zázá, inofensivo, tira os pelos por completo, deixando a pe'e muito fina e aveludada. **Frasco 7\$900 réis**

Pó d'arroz Zázá, muito aderente e deliciosamente perfumado, suavisa e refresca a pele, em Branco, Rosa e Rabel. **Caixas de 1\$900, 2\$900 e 3\$900 réis**

Brilhante Zázá, em pó, o melhor para polir as unhas. **Tubo 3\$900 réis**

Brilhante Zázá, liquido, conserva as unhas brilhantes durante 15 dias, tem junto a maneira de usar. **Caixa com 2 frascos 12\$500 réis**

Shampoo Zázá, em pó, infalivel destruidor da caspa. **Pacote 1\$500 réis**

Shampoo Zázá, liquido, é dos shampoos liquidos o melhor, lava rapidamente a cabeça friccionando-a muito bem **Frasco 12\$500 réis**

Bigoudis Zázá, frizador a frio com fitas de diversas côres. **Caixas de 6. 3\$950 réis. Ditas de 12. 4\$950 réis**

Vinaigre de Rouge Zázá, inofensivo, rouge liquido especial para os labios. **Frasco 4\$500 réis**

Tintura Juvence Zázá, superior ás melhores para tingir o cabelo, castanho, castanho escuro e preto. Tem junto a maneira de usar. **3 frascos 29\$000 réis**

Talco Zázá, para o Bébé, especial para recém-nascidos. **Caixa 4\$900 réis**

Pasta Dentifrica Zázá, branqueia os dentes conservando-lhes sempre o seu esmalte natural, desinfecta e aromatiza a boca. **Cada 4\$900 réis**

Pélonglia, tira por completo as peles das unhas servindo tambem para as limpar por dentro **Frasco 7\$900 réis**

Gellée Aux Accacias preparado especial para evitar e fazer desaparecer o cieirol e o grutado da pele. **Bisnaga 3\$900 réis**

Branco de Hespanha Pó d'arroz liquido preparado ideal para branquear o rosto, colo, braços etc., recomendado para peles gordurosas. **Frasco 7\$900 réis**

DESCONTOS A REVENDEDORES

Deposito para Portugal, colonias e Brazil

PERFUMARIA MIMOSA

102, RUA DO OURO, 104 - LISBOA

TELEFONE C. 4050

MANUCURE—TRATAMENTO DAS 11 ÁS 19 HORAS

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	EDITOR Antonio Ferreira Junior	Assinaturas (Pagamento adiantado) SÉRIE DE 10 N.ºs — 10\$000 RÉIS Numero avulso — 1\$000 réis
--	-----------------------------------	---

AS «JUVENTUDES»

Um categorizado monarquico que tem uma grande simpatia pela Acção Realista, perguntava-nos aqui ha tempo porque é que o nosso movimento se occupava mais com a Causa Monarquica do que propriamente com o combate à Republica que é necessario derubar.

A razão é simples e só não convencerá aqueles que se não quizerem convencer. A Republica demagógica proclamada em 1910, consecuencia natural da republica conservadora proclamada em 1834, encerra em si tais germens de destruição que outra coisa não tem feito do que aniquilar-se a si propria. A massa de monarquicos é hoje incomparavelmente maior do que em 5 de outubro porquê? Porque a Republica se tem encarregado de demonstrar o absurdo das suas afirmações e o desastre que representa a sua existencia. A Republica é portanto a melhor organização de combate à Republica que podemos desejar. Nesse capítulo, a Causa Monarquica nada tem a acrescentar. Qual deve ser então a função desta? A função da Causa Monarquica tem que ser, acima de tudo, de *preparação* e de *acção*. E' certo que a massa de monarquicos é hoje enorme. Mas se lhes preguntarmos porque são monarquicos, verificamos tristemente que o são apenas ou por *protesto* contra a Republica, ou por *saudade* dum tempo melhor. Não o são pelas duas primordiais razões por que o deviam ser : por *principios*, e por *fé*. Ora, de quem é a culpa desse estado de coisas, de tal modo prejudicial e delituoso que tem impedido sistematicamente a vivificadora reacção que nos ha-de trazer a Monarquia? Da propria Causa Monarquica que se contenta duma opposição azêda e enfadonha, sem uma promessa, uma afirmação, um sôpro de vida que electrise o país e lhe faça dizer : «vamos, que vale a pena! A Monarquia é qualquer coisa nova e prometedora!» Nada! A unica afirmação que a Causa Monarquica de vez em quando faz são umas eleições que interessam a opinião porque esta tem occasião de fazer uma «pirraça» à Republica, e nada mais. Caee-se depois numa inércia, numa apatia que ha quem pergunte : «Mas a Causa Monarquica o que é, onde está?»

Hoje, a verdade é esta : a Republica existe, porque a Causa Monarquica quasi não existe. Ora se a não-existencia da Republica depende da existencia da Causa Monarquica, deixemos a Republica em paz e occupemo-nos sobretudo da renovação da Causa Monar-

ACÇÃO REALISTA

quica, para que esta entre em contacto com a grande massa dos monarquicos do país, se fortaleça, se organize, se afirme, e se manifeste enfim como uma promessa inteligente e evidente pela qual valha a pena cada português sacrificar-se porque tem a certeza de que se sacrifica pelo bem geral.

Aqui estão duras verdades que quasi toda a gente diz baixinho e que nós temos a coragem de dizer alto, porque temos a certeza de que assim é que se serve utilmente a Causa da Monarquia e portanto da Nação.

Apontado o mal, como remediar o mal? (Porque o mal tem remédio, graças a Deus, e a nossa fé na Causa que servimos é, por enquanto, ilimitada).

Ha, dentro da Causa Monarquica duas organizações a considerar. Uma é o Conselho Politico, com as suas Comissões centrais, os seus delegados distritais, e as suas Juntas Concelhias. No documento datado de 17 de Janeiro de 1924 e firmado pelo sr. Aires de Ornelas, ilustre Logar-Tenente de El-Rei, ficou estatuido que a Acção Realista se constituia em *subordinação directa* a S. Ex.^a; portanto independente de todos os outros organismos que possam aparecer como dirigentes da Causa Monarquica. O Conselho Politico fez, posteriormente, declarações que a Comissão directiva do nosso movimento, se este não tivesse fixada a sua autonomia, se teria visto forçada a não aceitar. Por consequencia, a Acção Realista desconhece o Conselho Politico e a sua organização.

A outra é as Juventudes Monarquicas Conservadoras. As J. M. C. têm sido uma organização «neutra» em matéria de principios, onde se encontram inscritos a maior parte dos nossos amigos; uma organização que atingiu grande desenvolvimento e á qual se devem as manifestações de vida que a Causa tem dado nestes ultimos anos; uma organização, enfim, que não pode deixar de ser simpática á Acção Realista — basta chamar-se «Juventudes» e chamar-se «Conservadoras» — e que tem deante de si um futuro prometedor. Porque nos interessa, porque a estimamos, porque confiamos nela, é que nos vamos ocupar dela.

As J. M. C. representam a unica força organizada que, após Monsanto, tem existido dentro da Causa Monarquica; são (principalmente em Lisboa) um baluarte eleicoeiro que tem incomodado sériamente os poderes constituídos; por meio de conferencias, algumas notaveis, e de publicações a que tem dado grande expansão, tem sido um agente de propaganda de ideias e estimulante da fé. Mas no intuito, aliás louvavel, de congrassar energias e de conservar uma neutralidade que hoje se verifica não ser possivel nem util, as «Juventudes» pecam pelo mesmo defeito por que tem pecado a Causa Monarquica em geral, defeito que entrava movimentos, coesão, expansão, e dá origem á apatia de que atraz nos queixámos. A neutralidade que as J. M. C. teem querido conservar «neutralizalhe» a acção e assim é que as vemos representar uma força de que não usam, e ocupar-se absorventemente duma questão — eleições — que devia ter apenas um aspecto acesório.

Propaganda de doutrina, propaganda de ideias, propaganda de principios, as «Juventudes» fogem de faze-la, não podem faze-la, porque a sua situação de neutralidade nesse

campo a isso as vem obrigar. Dir-nos-ão : todos os monarquicos lá podem defender as suas ideias. Imagine-se que confusão, que contrasenso, hoje uma conferencia de ideias liberais, amanhã de doutrina monarquica anti-liberal ! A população dos socios das «Juventudes» acabava por debandar... ou endoidecer ! Ha um campo comum em que umas ideias e outras se confundem ? Só na acção negativa contra a Republica, no desejo do regresso do Rei e na lealdade com que ambas combatem pela bandeira azul-e-branca as duas correntes se podem entender. No resto, separa-as uma filosofia inteira.

As «Juventudes», no intuito de bem-servir, repetimos, teem conservado uma sentimental neutralidade, limitando a sua acção a negar a Republica. Mas chegou o momento em que para fazer a Monarquia é necessário *afirmar* a Monarquia. Sobre as J. M. C. pesa uma grave responsabilidade. Em eleições já ninguém crê. As «Juventudes» que se libertem — como a Acção Realista — dos residuos apáticos que dão á Causa Monarquica um aspecto de fantasma inofensivo, e que se afirmem de harmonia com as palavras que lhe servem de titulo. «Conservadoras» neste caso quiere dizer : reaccionarias ; quiere dizer que não cabem naquela agremiação os espiritos «liberais». «Juventudes» quiere dizer que são para gente môça, não tanto pela idade mas sobretudo pelo espirito.

Porque não se cria uma instituição denominada «Senectudes Monarquicas Liberais» ?..



Resumindo, a nossa ideia é esta : para haver unidade na Causa Monarquica é necessaria a diferenciação das duas grandes correntes doutrinarias. Os factos demonstram que a amálgama em que se tem vivido gera desconfiança, aniquilamento de forças, impossibilidade de trabalhar. Definida a corrente anti-liberal pela A. R. P., convem que dela se aproximem todos aqueles que creem na Monarquia que ela preconisa. As J. M. C. não passarão duma «força inerte» enquanto persistirem em se conservar neutrais, amorfas, entre as duas correntes de ideias, sempre receosas de se definirem por qualquer delas. Alimentando apenas a sentimentalidade monarquica, prejudicam a criação duma *mentalidade* monarquica e duma *consciencia* monarquica. A grande força da «Action Française» reside justamente em esta não ser guiada por um vago saudosismo como aquele que inspira o monarquismo português, mas por uma ideia inteligente, moderna, criadora de confiança e de fé. A Acção Realista constituiu-se exactamente para crear essa mentalidade e essa consciencia monarquicas divulgando principios e expondo o que deverá ser a Monarquia de amanhã, liberta dos vicios que minaram e derrubaram o trono em 1910.

No dia em que as «Juventudes» passarem a ser uma instituição com ideias e fins definidos, e, dando as mãos á Acção Realista, contribuirem para tornar a Causa Monarquica uma Causa *inteligente*, as «Juventudes» verão deante de si aberto um caminho que hoje lhe está vedado, e as massas monarquicas do pais — anciosas mas receosas — verão com confiança e segurança aproximar-se a hora da Restauração.

Caetano Beirão.

Uma campanha a favor do bom senso

Assim como se torna um motivo de victoria, flagrante e de facil demonstração de força, a applicação do aphorismo — hoje axioma — de que «os phenomenos sociaes se repetem» e «a historia é sempre a mesma», assim tambem é gravissimo estabelecer o parallelo entre dois personagens de primacial interesse — sobretudo se elles viveram na mesma epocha.

Seria o caso de quem pretendesse acompanhar os intentos e as realisações immediatas do nosso *Rei Magnanimo* (Dom João V), em face dos planos e obras do *Roi Soleil*, recentemente exhumado e posto em verdadeiro realce á luz da Historia, n'uma obra, d'incontestavel boa intenção e novo methodo, de Mr. Louis Bertrand : «*Louis XIV*».

Não seria, para nós outros Portuguezes, uma simples divagação de gosto erudicto — realçada pelo contraste, facil d'estabelecer, entre a Côte galante, ruidosa e opulenta do Principe, que soube moldar o *capriccio* de São João Baptista, em São Roque, e dar vida ao grandioso empenho de Mafra, e o Consulado Pombalino, de talhe compassado e frio, alinhado a cutello e a fio de prumo maçonico, pelo espirito recto e intemerato d'esse audacioso secretario d'Estado d'El-Rei Dom José I.

Não.

*
* *
*

Approximando, n'uma rehabilitação justificada pela Historia e o minucioso exame dos seus dados — que não tende, por forma alguma, ao mais longinquo aspecto d'apothose vulgar — esas duas altaneiras e patricias figuras que orientaram duas Raças e tão superiormente souberam personificar-lhes, dignificando-as, as virtudes e as paixões, procederemos apenas em desaggravo d'uma irremissivel tendencia, já d'ordem historica, para melhor nos orientarmos no Futuro pela severa e desinteressada observação do Passado.

Luiz XIV, «*l'homme qui a epousé la France* (pag. 152-311)» é bem o émulo do Rei Portuguez que, sabendo adaptar os seus gostos de fausto sem servilismo — pois chegava ao mundo, além de meio seculo mais tarde — dava o exemplo ao mais humilde dos seus subditos, empenhando os seus haveres particulares para melhor servir o Summo Pontifice quando, pela ultima vez, a christandade se viu ameaçada pelas arremetidas otomanas. ¹

Dom João V obedecia ás affinidades d'educação moral com o chefe d'um Paiz que, ainda na mocidade d'El-Rei seu pae, era seu alliado natural, e intellectual e cuidadosa-

¹ F. A. F. Silva Ferrão *Tractado dos Direitos e Encargos de Serenissima Casa de Bragança*. Lisboa, 1852.

mente educado contra o leão de Castella, já elegantemente batido em Rocroy e Nordlingen — para ser theatralmente estygmatisado na allegoria triumphal de Marsy.



Começava ou reatava-se então — depois do hiato marcado pela atrazadora e abrupta dominação hespanhola contra o fermento judaico protestante — a nossa alliança com os leaes componentes, indispensaveis á velha Franca, como se o Destino já nos deixasse entender que haviamos de ser, um dia, os subditos fieis do sobrinho do futuro Rei dos francezes.

E' muito pouco o espaço de que dispomos, e relativamente ligeiro o espirito desta critica, para demorar em mais longas considerações.

Apenas cumpre saber destacar como os dois monarchas — um, o Francez, antecedido muito de perto por Henrique IV, que não tomou sobre si a responsabilidade do edito de Nantes ; outro, o nosso Dom João V, seguido immediatamente por Dom José o *Reformador*, primeira victima das manobras pombalinas — foram alvo das crueis e repetidas virulencias da imprensa que manobrou os historiadores assoldados contra todos aquelles que se não resolvessem a servir de thuriferarios do Rito Maçonico, e da falsa orientação, *servida* á ignorancia indigena — mercê do largo somno de que enfermaram as mais acclamadas intelligencias do miseravel seculo findo.

E então, uma vez, desfeitos os preconceitos liberalistas, para todo o sempre apeados os idolos de lona que embaraçam e empanam a acção dos verdadeiros heroes, talvez se possa comprehender o verdadeiro sentido da palavra *Servir* — aquillo a que o panegyrista de Luiz XIV classifica de : «*secouer le joug de mille tyrans obscurs et mesquins, pour obéir uniquement à un maître . . . Service du Roi ! c'était la liberté, et c'était l'orgueil de collaborer à une œuvre immense et glorieuse . . .*»¹

Francisco Pereira de Sequeira.

¹ Louis XIV, pag. 305.

A desnacionalisação das nossas colonias

Primeiro, uma declaração : — A'queles que não me conheçam ou conheçam apenas de conversas de café, que o mesmo é que não conhecer, tenho a declarar, nesta revista da *Acção Realista* que não sou monarquico. Agora, uma explicação : — Só aqueles que não saibam quanto as ideias politicas preocupam hoje os novos numa idade em que os das gerações passadas viviam na indiferença ou na irreverencia parecerá ridiculo que eu, um rapaz, evoque um passado politico e tenha que fazer um acto de contrição. Alem disso quem aos 20 anos incompletos se exilou voluntariamente para a Africa e antes dos 22 se lançou para os *carceres da republica* e deles só saiu quasi meio ano depois e de cabeça erguida por sentença dum tribunal militar deve poder falar assim. Fui contra Sidonio Paes em vida dele porque era republicano e democratico, vendo, como via, a democracia pelos olhos miopes de Gustave le Bon, e, além de democratico, livre-pensador. Repito-o mais uma vez para que aqueles que mo atiram em cara não pensem que escondo o que fui. A minha defeza do messianismo sidonista e a minha admiração por Sidonio Paes ; o meu ataque ao sistema parlamentar liberal e a todas as mentiras democraticas ; a minha profissão de fé publica e categorica dum catolicismo praticante e intolerante demonstram a transformação absoluta do meu espirito e explicam a hospedagem que hoje me dá esta revista. Declaro, duma vez para sempre, que este facto nada tem de irrespeitoso para o *partido dos nossos pais* ; traduz apenas uma preferencia pelo *partido dos nossos avós*.

As minhas ideias são, hoje como em 8 de Julho de 1922, as duma ditadura, não como necessidade de momento mas como forma politica estavel. O *nacionalismo* a que pertenço e a que obedeço quer a *ditadura nacional*, ou seja o *cezarismo*. Não se importa, pois, com a questão entre o regimen monarquico e o republicano. Monarquia constitucional e republica parlamentar sofrem do mesmo mal : — o parlamento politico. Os ataques que a ele faz e a preconização dum parlamento por representação de classes e de regiões ; a organização administrativa que defende ; a religião que exalta ; o culto pela tradição que proclama liga o *Nacionalismo Lusitano* ao *Integralismo Lusitano* e á *Acção Realista Portuguesa*. Por isso e pela amizade que me liga a Ernesto Gonçalves aparece aqui este artigo. Não trata dum assunto politico nem é feito com qualquer faciozismo partidario. Repete e sustenta uma das observações e opiniões dum funcionario colonial expostas, quando preso na Torre de São Julião da Barra, num diario sidonista. Chamei a essa serie de seis artigos «O descalabro colonial» e nela procurei justificar uma das razões principais da revolta fracassada de que fui um dos factores e que no seu manifesto se proclamava.

Quando fui para a Africa levava nas minhas malas muitas illusões e um sonho : — fazer um livro de impressões e estudos da Africa portugueza que intitulára já, *a priori*, «Costa d' Africa». Que não me enganou o palpite que dictou o titulo prova-o o facto de da *Costa d' Africa* ter datado esse livro que o exilio me inspirou fazendo-me meditar so-

bre «Oliveira Martins e Eça de Queiroz». Quando voltei trazia ainda um sonho, um sonho bem mais doloroso, o sonho dum novo livro : — «A mentira da Africa». Ele, e este sonho portuguez que tenho na alma e no sangue, levaram-me para a acção ; a derrota levou-me para esses artigos. Passado o momento tiro deles tudo que era ataque pessoal, por exemplo, aos Altos Commissarios Norton de Matos e Brito Camacho e deixo ficar sómente as minhas afirmações sobre o que ao paiz verdadeiramente importa : — as consequencias do governo desses homens. Ponho de parte, ainda, tudo que na acção desses homens, um dos quais, o Dr. Brito Camacho, eu muito considero como homem e como jornalista, nunca como politico nem como administrador, mas a quem, como politico, eu tenho ainda que fazer justiça quando defendeu a nossa participação exclusivamente na guerra da Africa ; ponho de parte, dizia, tudo que nessa accção representa má administração e o desprezo mais absoluto pelas leis. Eu só quero aqui frizar um aspecto, o mais grave da questão, e esse é o da desnacionalisação das nossas colonias.

De Versalhes saíu, por vontade da Inglaterra e de Afonso Costa, os dois senhores disto tudo, a criação dos Altos Commissariados. Não discutamos se eram necessarios ou não, se foram ou não bem organizados. Eu estou já de aqui a ver os meus colegas do Ministerio das Colonias a sorrirem-se da pretensão deste funcionario de Moçambique que nem sequer tem o curso da *Escola Colonial* e se atreve a discutir um assunto destes. Não discutamos pois e deixemos aos *velhos coloniais* o sonho que um dia tive, tambem, de fazer um livro sobre «Organisação colonial». Reservo-me, no entanto, o direito de pensar que os primeiros, bem ou mal escolhidos, não discuto, tambem, não deram bons resultados. Pior do que isso. Deram como resultado desenvolver-se o espirito de autonomia e as veleidades de independencia de Angola e Moçambique.

Sobre Lourenço Marques, *descoberta e soberania portugueza*, como diz a divisa que Mousinho, que concebeu o seu sonho, lhe deu, paira a ameaça estrangeira. Não é dela, no entanto, que eu quero falar, apesar de sobre ela serem quasi todos os meus artigos de ha dois anos. A União Sul-Africana continúa a cubiça-lo mas por agora encolheu as garras. Nem quero falar, tambem, dos elementos desnacionalisados e desnacionalisadores que lá ha, uns doentes alcoolisadas de anglomania. Infelizmente ha lá ainda outras especies de desnacionalisados e desnacionalisadores : — os doentes impaludados de cafrialização, a chusma vil dalguns canarins e a mais cosmopolita das maltas. Deixemos, no entanto, tudo isso. E' de Moçambique, é da Provincia, e não apenas dessa cidade, e não apenas da capital, que eu quero falar. Por toda ela se encontram esses elementos mas é nela, quero dizer nos districtos, que, mais livre dos outros, com mais intensidade medra a especie inclassificada e inclassificavel dos *moçambicanos*. O que um portuguez nascido em Portugal entende por *moçambicano* nunca o percebi. Sempre me pareceu que *moçambicanos* eram, apenas, os landins, os makuas e os makondes. Vejo, porém, que me enganei. Africanos não são só os pretos nem, se quizerem, os brancos que tenham nascido em Africa. Ha brancos nascidos em Portugal que se intitulam *moçambicanos* ou *angolenses* pelo facto de viverem em Moçambique ou em Angola e pedem a autonomia e sonham com a independencia em detrimento e prejuizo da sua Patria. Em Moçambique servem-se do pretexto da má administração metropolitana que lhe não dá, principalmente, garantias de defeza contra a União. E' certo que esse espirito de autonomia não é ins-

pirado por um sentimento contra a Metropole nem por influencia extranha. Mas o que é facto é que em Lourenço Marques tive eu em meu poder o «Projecto de Constituição do Estado Autonomo da Provincia de Moçambique» e eu bem sei que ele não representa uma fantazia, mas uma corrente de opinião e uma força. Eu não faço comentarios nem tiro conclusões. Repito apenas a citação dum facto que não passou até hoje dum dos meus artigos. E, no entanto, é um facto gravissimo esse. Acima de tudo porque nem Moçambique nem Angola são ainda bastante fortes e portuguezas para poderem ser novos Brasís. Assim como estão, no dia em que deixassem de ser colonias de Portugal, Moçambique seria uma provincia da União; Angola a preza do dinheiro americano, do excesso de população da Italia, das necessidades maritimas do Congo Belga e, tambem, das ambições dos sul-africanos. Apenas isto.

José Osório de Oliveira.

N. da R.— E' com o maior prazer que publicamos este belo artigo de José Osorio de Oliveira, escritor e politico que uma profunda fé no futuro da nossa Patria e no genio da nossa Raça guia como um clarão que nunca empalidece. As razões por que êle colabora na nossa revista e se encontra como um amigo e companheiro de fé nacionalista entre nós, estão explicadas no seu artigo. Entre a doutrina que José Osório de Oliveira defende e a nossa, há a divergencia da forma politica. Nós queremos como garantia máxima da renovação nacional o estabelecimento da Monarquia; José Osório de Oliveira julga que uma ditadura, orientada pelo interesse nacional, pode ser o instrumento politico desse movimento de salvação comum, de restauração portuguesa. Mas a mesma fé nacionalista, a mesma obediencia à lei da Patria eterna, a mesma esperança invencivel no futuro e no destino da nossa terra, reúne numa forte solidariedade patriotica, num patriotismo consciente e construtivo, a nossa actividade. Enquanto elementos anti-nacionais, anti-portugueses, tramam a derrocada de Portugal, é necessario que todos os que defendem, e obedecem ao seu genio, á sua alma eterna, não se tratem como inimigos.

ÉCOS

O vôo Lisboa-Macau

Com que perturbada emoção e alta e patriótica esperança seguimos a rota dessas áas maravilhosas que atravessaram as antigas terras do Imperio português de Quinhentos! Atravez da escura selva dos nossos dias, atravez de todo o negrume que desceu como uma praga sobre a nossa Patria, alvorece uma magnifica claridade, — a aurora da futura libertação! Não está perdida a esperança creadora! Não se perdeu, apesar do assalto das ideias anti-nacionaes, aquele espirito heroico e nobilissimo que fez de Portugal um creador de civilização. É apagada e tórpe a época que atravessamos, mas sobresaindo do intimo de toda a anarquia, do seio de toda a confusão democratica, a viagem dos aviadores afirma-se, mais do que como uma audacia, como um acto de fé, illuminado e altivo, no futuro da nossa terra, na vida eterna da Patria. Sarmiento Beires e Brito Paes, Sacadura e Gago Coutinho, são nomes que tem de ficar marcados como de precusores, de advinhadores de um novo Portugal restaurado, de novo entregue ao seu destino glorioso de povo heroico. As aeronaves que memoráram, atravez dos ceus do Atlantico, ha dois annos, e agora atravez da Africa e Asia, a epopeia antiga dos portuguezes, animaram o nosso passado dum clarão que, por assim dizer, o tornou vivo deante dos nossos olhos. A época das Navegações e Conquistas sai do ambiente empoeirado das bibliotecas e academias, liberta-se da retórica balofa que a lembrava como uma imagem vazia, um lugar comum de oratória. Palpitante de uma nova vida, reanimada no seu espirito portugues e cristão, o século de Quinhentos vem ao nosso encontro como uma alma tutelar que agora nos socorre, nestes dias perturbados de decadencia e ruinas. É a alma colectiva do nosso povo, são portuguezes isolados, mas impellidos pelo sôpro que anda no ar, pela esperança sebastianista, que a pouco e pouco formam a atmosfera nacional onde se criam os germens dum Portugal liberto, exaltado pela sua predestinação de desvendador de novos caminhos de civilização. Com as viagens aeronauticas de Sacadura e Coutinho. Sarmiento Beires e Brito Paes, com o estremecimento de toda a consciencia nacional que parece acordar do sono opiado dos liberalismos desmembradores, a nossa esperança e a nossa fé nacionalista ganham uma maior profundidade, uma exaltadora confiança. Á margem duma politica de imbecis, de descerebrados, á margem do baixo imperio da Finança cosmopolista, a nação tem uma vida independente que se afirma com uma energia magnifica e uma bela fecundidade. Como

prova de que o Estado republicano não possui espirito nacional, basta citar a indiferença — melhor, a má vontade, com que o governo sempre encarou a viagem aerea a Macau. Nenhum governo que fosse, como deve ser, o registo sensível de todas aspirações e necessidades da nacionalidade, poderia ficar estranho a essa viagem aerea que teve, acima de qualquer vantagem material, um valor sentimental de transcendente importancia. O vôo Lisboa-Macau veio afirmar que não se perdeu na nossa terra o espirito colectivo que une todos os portuguezes numa bela solidariedade nacional.

O Governo não auxiliou esta viagem — porque não tinha nenhum valor orçamental. . . E' este o utilitarismo rude com que a Republica considera feitos como este! Seria um criterio de cozinheira, se nós não soubessemos antecipadamente que a Republica é perdularia e sem finalidade. .

Os aviadores caminham à frente da grande obra da restauração portuguesa. A viagem a Macau é um grito de fé, um brado heroico de fé — soltado por dois portuguezes que sentem dentro de si um límpido e magnifico patriotismo.

O seu acto adquire uma superior expressão nacional, liberta-se de qualquer particularismo de partido, e vibra naquela atmosfera em que se criam os dias futuros do nosso País. Abre-se na nossa historia um novo ciclo. Na esperança da nova epoca portuguesa, a coroa-la, as azas cristianisadas pela Cruz das caravelas, elevam-se com um esplendor heroico.

Uma nova definição do Parlamento

Estes ultimos dias parlamentares tem sido feitos em ensinamentos politicos. A sciencia politica estudando esse fenomeno de decomposição, que é o parlamentarismo, nunca empregou expressões tão cruas e violentas como as que certos deputados tem atirado ultimamente à sagrada face do Poder Legelativo. . . O Sr. Antonio Maia, com um heroismo cambrónico, ergueu a sua voz indignada na Waterloo das ultimas semanas parlamentares. . . Declarámos nesta revista que adoptavamos a classificação do sr. Antonio Maia para definirmos essa imbecil instituição que tem a sua sede para os lados de San Bento.

Agora o sr. Francisco Cruz, com uma attitude dramatica de profeta, que vê ruir a cidade dos seus ideias, clama:

« — De que me serviu, sr. presidente, andar a pregar aqueles principios que norteáram a propaganda do regimen, para se chegar a uma situação politica em que todos procuram fazer do governo, não um altar, mas uma meza! »

Mas será sempre uma meza enquanto a democracia viver. Regimen do anonimato, em que os partidos se asenhoriam da Nação, regime da irresponsabilidade, a democracia faz do governo o melhor premio dos aventureiros e incompetentes.

O sr. Francisco Cruz ainda afirmou, num gesto que abrangia todo o Parlamento :

— Isto é uma agencia de negocios !

Ainda bem que ás vezes se faz alguma luz nestes cerebros e nestas almas ! Sem duvida, o sr. Francisco Cruz não fez uma critica lucida ao Parlamento em que fôcasse na sua essencia essa instituição, mas marcou sinceramente o seu aspecto mais superficial. Qualquer dia talvez apareça um deputado que chame ao Parlamento — uma casa de batota . . . Faremos uma antologia destes trechos selectos de crítica . . .

«O Jornal Luminoso» do Rossio

Inaugurou-se ha pouco tempo no Rossio um cartaz luminoso, que constitue uma arrojada iniciativa. Na modorra da vida da nossa capital, o Jornal Luminoso é por enquanto uma das poucas notas de progresso e de contemporaneidade que se apresentam em Lisboa. É inutil salientar a importancia comercial deste empreendimento. Felicitando os seus proprietarios, agradecemos a gentileza dos seus cumprimentos e o seu convite para visitarmos a instalação e funcionamento do cartaz do Rossio.

Macaqueando a França

Se a attitude dos católicos que há tempos veem rastejando atraz dos poderes constituídos, invocando supostas determinações da Santa Sé, não fosse condenável por ser manifestamente anti-nacional, o que se passou na sessão de 20 de junho na feira de S. Bento era suficiente para demonstrar que essa attitude, além de anti-patriotica, é prejudicial aos próprios interesses da Igreja em Portugal.

A Republica, feita mais contra o Catholicismo do que contra a Monarquia republicanizada de 1910 (porque foi gerada no ventre da Maçonaria a esse tempo já afastada dos monarchicos liberais), é visceralmente anti-catolica e só não fere a Igreja Romana e a consciencia religiosa dos portugueses quando não pode.

O exemplo da França veio dar-lhe alento. O radicalismo tentou o golpe. Se não conseguir vibrar-lo em toda a sua hediondez, não se imagine que isso se deve àqueles católicos que servem a Republica e portanto os piores inimigos da Igreja, mas á massa dos católicos que são a grande maioria da população portuguesa, os quais repelem os processos esconsos e tão pouco

dignos de crentes que os do *ralliement* usam e apregõam, e ainda áqueles republicanos de boa fé que creem ingenuamente que este regime poderá ser ao menos tolerante.

Os protestos e a resistencia duns e doutros é que poderá fazer recuar os governantes. A subservencia dos primeiros, essa sabem os republicanos manejar a seu belo prazer.

O roubo da prata

Dias turvos, dias de catástrofe, estes que atravessamos ! Ha qualquer cousa que se desmorona, um ar de tragedia que sufoca ! A Republica tem demonstrado crimosamente a sua incapacidade congenita, a sua rebeldia contra tudo o que é nacional, bem português. Do patrimonio material, que ella delapidou em todas as aventuras subterranas da finança e das facções partidarias, a Republica passa a esfrangalhar com uma furia alucinada a propria alma portuguesa, a honra da nação. — a honra de todos nós.

Este caso do embarque da prata para Londres, que toma o aspecto dum verdadeiro roubo que a Republica fez á nação, excede tudo o que podiamos esperar ! Nunca julgámos que portugueses, pudessem premeditar secretamente, num sigilo de traição, o crime de nos roubar a garantia financeira das reservas de prata, — o que ainda segurava a circulação financeira e dava algum valor á onda de notas que invadiu o País. Gritamos como portugueses, que consideram este roubo da prata um insulto atirado ao seu patriotismo, um sarcasmo vil lançado sobre o seu, brio. E' necessario que tenhamos dentro de nós uma grande esperanza, é necessario que seja tão belo e tão profundo o espirito que nos anima, para que continuemos a manter intacta, como uma chama purificadora, a fé mais pura e mais elevada no futuro da nossa terra. Por sobre a miseria dos nossos dias, os nossos olhos veem a promessa do futuro que temos de construir,—a redenção dum Patria que hordas sem dignidade, sem pensamento, sem beleza moral, hordas de crimosos, de traidores, assaltaram e desfazem num banquetê macabro

Ha no cáos destes dias, na infâmia de todo este presente, qualquer cousa que empesta a atmosfera como um monturo. Mas um surdo rumor, um sobressalto indistinto, um protesto nacionalista, espalham-se como nas vespas das grandes e heroicas batalhas !

A Republica encheu a nossa terra de ruinas. Desbaratou a riqueza publica. Anarquizou a atmosfera moral. Fez do nosso país uma terra quáse bárbara, atrazada, miseravelmente empobrecida, com o rumo perdido dos destinos nacionais. É agora, como epilogo tragico, — vende a nossa honra. !

O IDOLO DE PAU

Em França, acaba de falar o *Idolo de Pau* (L'Idole de Bois, na frase expressiva de Léon Daudet), ou seja o que nós vulgarmente chamamos a *urna*, o sufrágio universal. Pois falou o *Idolo*, e como sempre aconteceu, disse asneira.

Ainda é cedo para prever com segurança as consequências políticas da vitória eleitoral das chamadas *esquerdas*, em França, no dia 11 de Maio passado, mas não andará longe da verdade quem as suposer altamente ruinosas para a nação francesa, e de nefasto alcance internacional.

Constituindo, essa vitória, um balão de oxigénio aplicado ao corpo agonizante da Democracia, vem ela prolongar um erro que a sciencia política e a experiencia social ha muito sentenciaram, e, porventura, perturbar mais ainda a atmosphéra internacional tão carregada de nuvens tempestuosas.

Da jornada eleitoral do dia 11 de Maio, saíu a condenação de dois bons patriotas, Millerand e Poincaré, expulsos já do poder pelo impulso magnético do voto, e a apoteose de dois traidores à pátria, Caillaux e Malvy.

Mas, o que mais confrange, encarando este espectáculo que vale por uma lição de anti-parlamentarismo, não é ainda, o de observarmos a asneira triunfante á voz da soberania estúpida do sufrágio, porque a isso já estamos todos muito habituados; o que mais entristece e repugna, é contemplar a resignação, a subserviência, de espiritos como os de Poincaré e Millerand, inclinando-se, reverentes, perante os ditames anti-nacionais do *Idolo de Pau* que mãos habeis e pouco escrupulosas de *meneurs*, souberam manejar. Em face da expressa condenação da sua pátria á morte mais inglória, estes dois homens que têm prestado altos serviços á terra em que nasceram, curvam-se, obedecem ao comando ignáro das urnas, e depõem os seus poderes naquelas mãos que eles bem sabem que conduzirão a França aos seus piores destinos...

E' que a sua intelligencia, vergando à força de uma veneração absurda, não soube ainda reagir contra a ideologia revolucionária a que nós hoje desassombradamente chamamos criminosa, é que Millerand e Poincaré, pertencendo a uma geração que sacrificava no altar dos *Imortais Principios*, não pódem negar obediencia, mesmo violentando a sua consciencia de patriotas, ao mandato imperativo do *Idolo* que vêm adorando desde a mocidade.

São assim todos os *bons democrátas*, os *bons republicanos*. Acima da pátria, acima do interêsse nacional, está para eles a magna carta da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*.

O *bom democráta*, o *bom republicano*, no momento em que os factos lhe apontam, com clareza, a mentira dos principios que professa, quando as circunstancias põem em chéque, por forma insofismavel o antagonismo existente entre a ideologia abstracta da «Liberdade» e as realidades da natureza, quando o absurdo de tal modo se torna evidente que entra pelos espiritos mais refractarios á reflexão, o *bom democrata*, o *bom republicano*,

ACÇÃO REALISTA

fecha, então, os olhos, não vão os direitos da intelligencia sobrepujar à credulidade, e, recolhidamente, recapitula as supostas razões da sua fé, recitando, para si proprio, algumas passagens do *Contracto Social* de Rousseau. . .

Tão certo é que não ha mais triste cegueira do que a daquele que se obstina em não querer ver. . . Por isso, Lysis, no seu livro *L'Erreur Française*, publicado durante a guerra, e despertando do sonho da republica democrática, em que deixára entorpecer-se-lhe a intelligencia, preguntava aos seus concidadãos: «*E' preciso saber se nós queremos sacrificar os principios á França ou a França aos principios. Se sacrificamos a França aos principios, foi inutilmente que os nossos filhos morreram, que os nossos heroes perderam braços e pernas, e ficaram inválidos, mutilados arrastando uma existencia miseravel, foi inutilmente que as nossas mulheres suportaram os maiores ultrages. Contentar-nos-hemos dessas desgraças pensando nos principios!*» E ao concluir a sua obra, afirmava ainda este republicano desiludido: «*porque se a guerra matou a nossa gente e destruiu as nossas riquezas, reduziu tambem a farrapos o sistema de ideias que constitua o nosso credo.*»

Mas nem todos conseguem, rompendo o nevoeiro cerrado do misticismo democratico, ver assim claro, como o publicista illustre de *L'Erreur Française*. Millerand e Poincaré, pelo menos, não conseguiram acompanhá-lo nas suas conclusões, e, a despeito da experiencia intensa destes ultimos anos, colocados agora na contingencia de «*sacrificar os principios á França ou a França aos principios*», e esquecendo horas passadas de provado patriotismo, optaram pela segunda solução, entregando o governo da França aos homens da esquerda, que vão reatar as relações com a Russia dos *soviets*, suprimir a embaixada francesa junto do Vaticano, aplicar rigidamente as leis das Congregações e amnistiar Caillaux. . .

Concordemos em que Poincaré e Millerand, como *bons democratás*, como *bons republicanos*, obedientes ás indicações do *Idolo de Pau*, não podiam ter procedido de outra forma.

Fernando Campos.

O PERIGO JUDEU

I

Os srs. drs. J. de Lemos Peixoto e Francisco de Sequeira acabam de prestar um relevante serviço á civilização cristã em geral e á Patria Portuguesa de um modo directo e particular, traduzindo e trazendo a publico os celebres *Protocolos* ou *Os planos da Autocracia Judaica*. (Livraria Portuguesa, Largo dos Loyos, 55, Porto).

A aversão ao judeu, entre nós é instintiva e atavica. Apesar de alguns dos nossos escritores terem procurado em romances sentimentais aplacar as naturais repulsas do nosso Povo contra os hebreus, o certo é que toda essa serie de enredos tão bem apresentada e tão habilmente feita para cair propiciamente no nosso temperamento affectivo e impressionavel, resvalou e perdeu-se. . . Todas essas historias, todos esses romances onde os judeus aparecem ora como victimas indefezas, ora como almas benfazejas pagando com o bem o mal que dos cristãos recebem, eu as li com interesse, mas sempre olhando a frio o decorrer do enredo e o seu desenlace e finalidade sempre me encontrei possuido da mesma instintiva repulsa que essa raça, maldita de Deus, me inspirava. . .

Devido á politica superior do Senhor Rei Dom Manuel I. e ás medidas energicas que adoptou, o *perigo judaico* ficou afastado da nossa Patria por uma boa serie de anos, até que o Liberalismo, que fez época no seculo passado e nos trouxe consequente e logicamente este estado de coisas em que vivemos, veio dar alento á terrivel hidra. . . Ao Liberalismo se deve a intromissão de judeus no nosso exercito, na nossa marinha e nos altos postos da administração publica. . . A' republica deve a Nação toda a obra destructiva e anarquica que os judeus veem consumando. . . Eu nunca faço afirmações vagas: — Mal foi proclamada a republica nessa hora infeliz de 5 d'Outubro de 1910, surgiu logo o judeu Bensaúde pedindo o templo das Francezinhas, ali ao lado do Coliseu de S. Bento tambem conhecido pelo Parlamento, para aí instalar o Instituto Superior Tecnico. Sem relutancia o templo cristão foi entregue nas mãos execrandas do professor judeu que logo iniciou os trabalhos de demolição. Quando do velho templo não restava mais que um amontoado de ruinas, que ainda lá vemos, Bensaude declára que nem o local nem o edificio podem convir ao seu Instituto. . . O fim estava atingido: o templo de Cristo estava arrasado. . . Ali mais para os suburbios, em frente do Jardim das Larangeiras, o regimem republicano entrega nas unhas aduncas de um Bensabat, outro judeu, um novo templo cristão, que o herege reduziu a ruinas que ainda lá estão como que a provocar nos e a insultar-nos. . . Como secretário do presidente da Republica vamos encontrar um judeu, J. Athias. E, circumstancia que seria ridicula se não fosse para nós dolorosa e lamentavel, foi das mãos d'esse mesmo *judeu* que Antonio José d'Almeida, a figura mais execranda d'esta demagogia, recebeu o *barrete cardinalicio* que impoz ao sr. Nuncio Locatelli! Vamos á Escola Medica e lá vamos deparar com outro Athias, outro judeu. . . Entre os nossos publicistas lá vamos encontrar surrateiramente introduzidos

varios judeus como J. Bensaúde, M. Bensabat Amzalak . . . Este ultimo conseguiu guindar-se até á Direcção da Associação Commercial de Lisboa . . . Então no commercio e na industria não damos um passo sem toparmos com o nariz aquilino de um judeu com unhas recurvas até ás palmas das mãos! Mas a *infiltração hebraica* não fica por aqui, entre nós. Vemol-a no sangue d'este povo catolico, vamos descobri-la nas nossas associações de beneficencia e até nas *nossas organizações monarchicas!* Quando eu tive conhecimento de que a Direcção das Juventudes Monarchicas de Lisboa tinha aprovado a admissão de certos *jovens judeus*, fui o primeiro que bradei protestando energicamente contra a inconsciencia com que se abriam as portas dos nossos baluartes a espias e delatores! Quizeram convencer-me então de que «em Portugal não havia o perigo judeu» Retorqui com o relato da escalada de israelitas aos diversos cargos que atraz mencionei . . . Mas não fica por aqui a acção que essa raça maldita desenvolve para nos dissolver, para combater e aniquilar a civilização de Cristo. *Os Protocolos* veem nesta altura revelar-me a propria doutrina que eles teem como norma, de que eles, os judeus, se servem para atingir seus fins. A paginas 20 da trad. de «Os Planos da Autocracia Judaica» encontramos em letras gordas e á laia de titulo: *a immoralidade è a melhor arma para aniquilar um Povo* e logo no começo da pag. 21 «*semeemos a anarquia nas massas.*»

A lei do Divorcio e a lei da Separação foram bem inspiradas, embora indirectamente pelos judeus. Com que fim? Eles — os judeus — se encarregam de o dizer nos seus Protocolos, pag. 22: *O nosso intento è possuir a Força* e a pag. 27: *a nossa divisa deve ser: Força e Hipocrisia*, a pag. 41 *o interesse judaico deseja, pelo contrario, o enfraquecimento dos cristãos*. Ora sendo o divorcio a dissolução da Familia e sendo certo que a Familia è a celula vital da sociedade e tendo toda a sociedade organizada como base a Religião e a familia, havendo leis que dissolvam e destruam uma e outra logo essas leis visionam o enfraquecimento e a ruina da organização social. De uma forma geral aqui temos entre nós a acção directa dos judeus num combate de morte contra a nossa Fé, a nossa Patria e a vossa civilização. Mas em pequenos nucleos, no sub-solo, esses hebreus malditos vão desenvolvendo laboriosa e pacientemente o seu programa de dissolução, de immoralidade . . . Busquem ali para os lados de Buenos Aires um palacete judeu . . . N'essa vivenda elegante e aprasivel teem germinado muitos planos tremendos que levam a ruina e o descalabro a casais catolicos que ali então viviam harmoniosamente nas leis de Deus e nas leis dos homens . . . Façam uma minuciosa estatistica na pagina da devassidão e veja-se se não è aos *judeus* que compete o maior numero de agentes . . . E' ainda nos seus *Protocolos* que, sem muito trabalho encontramos um elemento a atestar esta afirmativa. A paginas 26 lê-se: E' claro que a intemperança tem de ser prohibida á nossa gente. Nos Cristãos o Povo embrutece-se pelas bebidas alcoolicas; a sua mocidade degenerou pelo excesso de estudos classicos e *a depravação permatura onde não pouco veiu contribuir o trabalho dos nossos agentes: preceptores, creados e damas de companhia nas casas ricas, empregados comerciais dos Goyms* — Goyms è o vocalubo de que os judeus se servem para designarem cristãos e todos os que não são hebreus — **bem como as mulheres da nossa raça nos lugares de prazer . . .** Com estas podem muito dignamente emparelhar as

pretendidas «Senhoras elegantes» suas fervorosas concorrentes no luxo e na corrupção». São eles que confessam . . . São eles que confirmam . . .

Nos serviços de *espionagem e de traição* os judeus dão sempre um largo contingente. Se fôrmos a buscar conscienciosamente entre nós, talvez não demoremos em topar algum *judeu estrangeiro*, durante a guerra, a desempenhar-se de missão de espionagem ao serviço de inimigos e depois servindo os chamados internacionalistas . . .

Mas por hoje não seremos mais longos, nem falaremos detidamente da complacência com que a sociedade de hoje abre os braços aos seus naturais inimigos, a esses judeus que habilmente se vão insinuando e dominando . . .

Os christãos, com a sua habitual preguiça mental, deixaram-nos apossar da sua intelligencia» . . . Dizem eles no *Protocolo*, pag. 42. Por isso estaremos de sobre-aviso

Visconde do Porto da Cruz.

EXPEDIENTE

Iniciarêmos em breve a cobrança das assignaturas. Fazemos notar a todos os nossos amigos que a cobrança pelo correio representa uma despesa que pode ser evitada com facilidade se nos fôr enviada espontaneamente, a importancia das assignaturas em vale do correio, cheque ou carta registada.

Acção Realista Portuguesa

E' deveras animador o acolhimento que o nosso movimento vai tendo por toda a parte, o que bem demonstra que a Mensagem de 8 de Dezembro traduziu o pensar de milhares de portugueses, e que a constituição da Acção Realista corresponde a uma necessidade inadiavel pois vem tirar á Causa Monarquica o aspecto de "partido politico", e amplia-la ás proporções de um verdadeiro movimento nacionalista, assente em bases novas, com aspirações definidas, que quiere e ha-de provocar uma profunda renovação social.

Mas para vencer é necessario agir; e para agir é preciso organização e método. A Acção Realista sendo a um tempo um nucleo de propaganda de ideias e uma força que ha-de operar a Contra-Revolução, tem de preocupar-se simultaneamente com os órgãos transmissores de pensamento e com aqueles que representam energia e acção. Porisso, de harmonia com as "bases" publicadas no 1.º número desta revista, se tem constituido por esse pais fora vários organismos que representam a nossa vitalidade e expansão.

JUNTA MUNICIPAL DE LISBOA

No dia 18 de Junho deu a Comissão Executiva posse á Junta Municipal de Lisboa que ficou assim constituida:

Presidente: eng.º Joaquim Rosado Padinha; secretario: prof. Laertes de Figueiredo; vogais: visconde do Porto da Cruz, Zeferino Correia de Lacerda, e Antonio Ferreira Junior; substitutos: Manuel Vieira Reis Junior e José Xara Brasil.

Escusado é encarecer as qualidades de trabalho, o espirito de sacrificio, e os serviços prestados á Causa por estes nossos amigos, uns publicistas, outros oradores, outros combatentes, todos com inegaveis predicados de organização, garantia de que bem saberão desempenhar-se da tarefa que sobre eles pesa, e de que dentro em pouco a Acção Realista será em Lisboa uma grande força ao serviço dos bons principios e de El-Rei.

COMISSÕES INSTALADORA E FINANCEIRA DO PORTO

Foi a capital do Norte um dos centros onde a Acção Realista encontrou mais rapido e seguro acolhimento. O Porto tem trabalhado activamente na organização do nosso movimento; publicou um suplemento do "Serviço del Rey", dedicado á Acção Realista; fundou a sua séde na travessa da Figueirôa, 43, rlc; e criou duas comissões assim compostas:

Comissão Instaladora: Srs. Joaquim C. de Vasconcellos, professor; Antonio Ferreira Baptista, ex-official do exercito; Luiz Ribeiro Pinto Bacellar, ex-official do exercito; José Moreira Lopes, 2.º sargento reservista, e Egas Mendes de Carvalho, ex-official do exercito.

Comissão Financeira: Srs. Augusto d'Artois Teixeira de Moraes Correia, José Francisco da Silva Junior, Damião Ferreira de Castro, Manoel Pinheiro da Silva e Domingos Ramos Ribeiro.

São estes nossos amigos elementos dos mais trabalhadores e dos mais combativos que se contam naquela cidade. Mõços com a sua inteligencia orientada pelas boas doutrinas anti-liberais, a eles se deve a organização da Acção Realista no Norte ser já um facto.

DELEGADOS DISTRITAIS

Para a criação de Juntas ou Delegações Concelhias nomeia a Comissão Executiva delegados seus que tomarão a seu cargo a organização da Acção Realista nos vários distritos do pais,

e cujas funções terminarão quando se realizar a grande assembleia para eleição da Junta Directiva da A. R. P.

Damos hoje os nomes dalguns dos nossos queridos amigos que estão trabalhando na provincia para a organização definitiva do nosso movimento e aos quais os monarchicos dos respectivos distritos se devem dirigir para com eles cooperarem na formação das Juntas e Delegações Municipais.

Vila-Real: dr. Sebastião Antão Botelho. — *Coimbra*: dr. Henrique Menezes Parreira. — *Castelo Branco*: Visconde do Sardoal. — *Portalegre*: Rui de Andrade. — *Evora*: Joaquim Mota Capitão. — *Faro*: Conde de Silves. — e *Funchal*: dr. João Cabral do Nascimento.

Nomes sobejamente conhecidos para que não constituísse uma impertinência fazer uma apresentação, a sua intelligencia, a sua influencia e o seu passado, dão a certeza a todos os que trabalham pela Acção Realista dos bons elementos que esta possui para caminhar.

Brevemente daremos conhecimento dos nossos delegados em Viana do Castelo, Beja, Bragança, e Leiria.

Em Lisboa e Porto, cabe por enquanto a organização dos dois distritos respectivamente á Comissão Executiva e á Instaladora do Norte.

DELEGAÇÕES E JUNTAS MUNICIPAIS

Temos já Delegações ou Juntas constituídas nos seguintes Concelhos: Almeida, Barcelos, Ponte de Lima, Santa Comba, Mortágua, Matosinhos, Silves, Vila Real, Alcobaça, Braga, Cascais, Figueira da Fóz, Viana do Alentejo, Alter do Chão, Vila Viçosa, Castelo de Paiva, Sinfães, Oliveira de Azemeis, etc.

Em muitas outras terras se estão constituindo nucleos da Acção Realista que hão-de propagar por esse país fora os sãos principios da Monarquia-Nova, profundamente Católica e Nacional, o único regime capaz de salvar a nossa Patria da degradação em hoje se encontra.

COMISSÃO DA SÉDE

O grande movimento que a nossa séde em Lisboa tem tido desde que se constituiu a A. R. P. levou a Comissão Executiva a confiar a uma Comissão composta dos nossos dedicados amigos: eng.º José Eugénio Duarte Ferreira, Luiz Manuel Costa e D. Pedro Escorcio da Camara, á qual cabe propriamente a administração e o expediente da Acção Realista.

Não é demais dizermos que o método e a actividade com que se tem dedicado ao nosso movimento tornam os trabalhos da séde, na rua da Barroca, 59, sobre-loja, verdadeiramente exemplares.

Convidamos todos os portugueses defensores dos principios da Monarquia orgânica tradicionalista anti-parlamentar, que ainda não estejam filiados na Acção Realista a inscrever-se quanto antes nas nossas fileiras, dirigindo-se á morada acima indicada, ou pedindo boletins pelo correio.

Só pela organização obteremos a vitória.

O JORNAL

Finalmente, um dos orgãos mais necessários para o nosso desenvolvimento é o jornal diário que leve o pensamento comum a todos os pontos do país, que anime as nossa hostes, que põha em contacto os nossos amigos, que expanda a Ideia salvadora e ineuta fê em todos os corações.

A Comissão Financeira tem envidado todos os esforços para obter rapidamente os fundos

ACÇÃO REALISTA

necessários á montagem dum bom jornal, e muito tem conseguido. Eleva-se a algumas dezenas de contos a sóma depositada para aquele fim.

Mas a *Acção Realista* necessita ter um diário com a sua vida bem assegurada. Além disso, o apêlo da Comissão Financeira não pode chegar a todos os nossos amigos. Vem portanto esta revista pedir a todos os seus leitores que subscrevam na medida das suas posses para o fundo necessario ao lançamento a público dum belo periódico, órgão da *Acção Realista Portuguesa*, que será o primeiro grande triunfo que o nosso movimento pode assinalar.

Dedicamos uma pagina do proximo numero á subscrição dos leitores desta revista a favor do jornal da A. R. P. Esperamos confiadamente que todos contribuam, que peçam aos seus amigos e conhecidos um donativo, pequeno que seja, para o órgão diário do nosso movimento, e que brevemente se consiga assim publicar com desafôgo e segurança o jornal da Acção Realista.

Amigos! E' concorrer para a subscrição aberta nesta revista!

Propaguemos os bons principios para que êles possam triunfar!

O parlamentarismo é uma fórmula provisória, insuficiente, que o futuro tem de substituir como entender melhor. A razão diz que estas assembleias, formadas por processos artificiais, não são, em verdade, próprias para tratar competentemente da administração e da politica. A história contemporânea confirma tudo isto, acrescentando-lhe defeitos que a razão não formulava, exactamente nas nações de mais intensa vida politica, na Alemanha, na Itália, na França, na Bélgica e na Inglaterra.

Antonio Candido.

(1881)

A "Acção Realista,, e a imprensa

A *Beira Baixa*, que se publica em Castello Branco sob a brilhante direcção do sr. José de Proença de Almeida Garrett, publica o seguinte artigo que transcrevemos com desvanecimento.

«ACÇÃO REALISTA»

Recebemos os dois primeiros numeros da *Acção Realista*, revista quinzenal. O excesso de original e de assumptos a tratar não nos permittiu accusar e agradecer mais cedo a honrosa e agradável visita. Na primeira pagina vem os protestos de dedicação e fidelidade a S. M. El-Rei, a S. S. M. M. as Rainhas e a S. A. R. o Senhor D. Duarte Nuno.

Esta revista defende os principios da Acção Realista Portugueza, que quer — a organização da sociedade tendo por cellulas primarias a Família, o Municipio e o Sindicato Profissional, — a constituição dumas Côrtes Geraes representativas dos interesse da Igreja, da Terra, da Intelligencia e da Producção, um Rei que governe e escolha livremente os seus ministros, responsavel perante ele, — a restauração duma Monarquia liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da tradição portugueza e do verdadeiro interesse nacional.

São estes os principios nacionalistas: o regresso á tradição; o seguimento do nosso passado historico adaptado á constituição moderna da sociedade.

Combate a *Acção Realista* a democracia liberticida, que de longe vem e que quiz confundir, equalar e dominar povos debaixo das mesmas formulas que os mesmos factos teem provado serem absurdos e torpes, porque se baseiam no numero cego, na massa anonyma e no peso dos corpos, quando não na dependencia venal.

Merecendo a *Acção Realista Portugueza* a nossa maior sympathia, entendemos comtudo que não devemos abandonar a lucta eleitoral, tal como ela nos é apresentada, mas antes [apetrechamos sempre para ela. Devemos luctar em todos os campos contra esta republica cretina e ladra, porque só na urna eleitoral, e ainda difficilmente, nos acompanham alguns d'aqueles que se dizem anti-democratas.

Defendêr os principios da *Acção Realista* é bom e proveitoso, mas attentemos á realidade presente pensando na *salus populi suprema lex*. Portanto urge combater, sobretudo e sempre, com todas as armas esta republica de morte e roubo.

Para nós a eleição de parlamentares monarchicos no actual momento tem uma grande utili-

dade, porque combatem a republica, descobrem e esverrumam as pustulas que tantas vezes teem coberto o regimen e são um protesto, viril, intelligente e vocal contra as ladroeiros e imbecilidades sancionadas pela caverna de Caco.

A salvação da grei manda que por todas as formas se lute, não olvidando os principios que orientam, mas tendo em conta que o primeiro inimigo é a republica. Não seja o caso de se poderem applicar os principios ou normas, quando o corpo da nação esteja morto, despido, roubado e podre.

A' *Acção Realista* desejamos muitas prosperidades e uma carreira gloriosa.»

É sempre com a maior alegria que vimos chegar a este campo de luta nacionalista um novo companheiro. Registamos as palavras com que a *Beira Baixa* nos afirma a sua sympathia pelas doutrinas que defendêmos e nos orientam no serviço da Nação e do Rei. A *Beira Baixa* julga o Parlamento mau e, perante a realidade nacional, uma mentira que não se pode defender, mas classifica as eleições como uma arma de combate contra a Republica que nós não devemos abandonar.

As conveniencias da campanha politica indicarnos-hão, no momento oportuno, se devemos fazer da urna um instrumento de combate. Confessamos, no entanto, que a urna é tão má que a consideramos, entre os processos de luta, o mais inferior e o menos pratico...

•

Se o acolhimento dispensado ao primeiro numero desta revista excedeu toda a expectativa.— do forma como foi recebido o 2.º destacaremos as amaveis referências feitas pelos jornais *Correio da Manhã*, *Correio da Noite*, e *Epoca*, de Lisboa, *Gil Vicente*, o semanário integralista de Guimarães, e *A Realeza*, de Vila Real.

•

O brilhante artigo do Sr. Conselheiro Antonio Cabral. *A Burla das Eleições*, publicado no segundo numero da *Acção Realista*, produziu um grande e justificado successo.

Os semanarios *A Realeza*, de Vila Real, *Gil Vicente*, de Guimarães, e o *Marcoense*, de Marco de Canavezes, transcreveram-no na íntegra, e acompanharam no de palavras de aplauso pela doutrina expendida e apreço pelo nosso illustre camarada.

8 DE JULHO

Passa no próximo dia 8 de julho o 12.º aniversário do episódio das incursões monárquicas conhecido pelo «ataque a Chaves». Era o esforço supremo desse punhado de bravos que se concentraram na Galiza para a libertação do solo da pátria havia, ano e meio em poder dos aventureiros a soldo da maçonaria que proclamaram a República. Valorosos oficiais do nosso exercito, heróis de Africa, filhos da primeira nobreza de Portugal, estudantes, soldados, camponeses, formaram esse pleiade honrosissima que, depois da vergonhosa traição de 5 de outubro, se não conseguiram restaurar o trôno, conseguiram pelo menos salvar a honra nacional.

O dia 8 de julho é, portanto, um dia de glória e de luto.

Ao comemorá-lo, vão as nossas saudações para os Príncipes da Casa de Bragança que, ao lado dos combatentes de 911 e 912, abatendo bandeiras partidárias, tanto se esforçaram e se sacrificaram pelo bom exito da nobre empreza.

Vão para o prestigioso comandante, simbolo das virtudes lusitanas, Henrique de Paiva Couceiro, alma heroica que um desterro infamante conserva fora da patria mas que é e será sempre um português entre os melhores portugueses. Vão para D. João de Almeida, preso ás portas de Chaves, e para a Senhora D. Constança Teles da Gama, sua esposa, presa em Lisboa, representantes de centenas de encarcerados que a Repu-

blica teve a ferros até fevereiro de 914. Vão para todos os destemidos combatentes das incursões, que, depois de exporem nobremente a vida pela causa de El-Rei, conheceram o exílio, a miseria, a ruina. Vão finalmente para a população generosa daquelas vilas e aldeias de Portugal que pegaram em armas ou que, em julho de 1912, desfraldou a bandeira azul-e-branca.

Mas é tambem de luto o aniversário que a Causa monárquica no dia 8 comemora. Nesses dias de efervescência e esperança perderam a vida, traiçoeiramente, ás mãos dos sicários da demagogia triunfante, o tenente de armada Alberto Soares, assassinado á porta do hotel Francfort, D. Pedro Vila-Franca, morto depois de preso no combate de Chaves, Ornelas e Vasconcelos, mortalmente ferido nesse mesmo combate, e outros gloriosos soldados das hostes realistas, mortos em Valença, Montalegre e Chaves.

Vai para eles a nossa saudade a nossa gratidão e a nossa admiração.

O movimento da Acção Realista Portuguesa onde se encontram inscritos a maior parte dos combatentes das incursões, toma uma parte muito grande na comemoração do proximo dia 8.

A Comissão Executiva e a Junta Municipal de Lisboa da Acção Realista mandão dizer uma missa sufragando a alma dos que perderam a vida na incursão de 912, em logar e hora que oportunamente serão anunciados.

**A nossa revista encontra-se depositada
no Porto, na «Acção Realista Portuguêsa»,
Travessa da Figueirôa, 43, r/c.**

A ACCÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a Família, o Município e o Sindicato profissional.

A constituição d'umas Côrtes Geraes representativas dos interesses da Igreja, da Terra, da Inteligencia e da Produção.

Um Rei que GOVERNE e escolha LIVREMENTE os seus ministros, RESPONSÁVEIS PERANTE ELE.

Emfim A RESTAURAÇÃO d'uma MONARQUIA liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da tradição portugueza e do verdadeiro Interesse Nacional.

Todos os monarquicos devem inscrever-se na Accção Realista Portuguesa, enviando-lhe a sua adesão, e indicando a sua quota mensal e morada para a

R. da Barroca, 59, s/loja — Lisboa

MARQUES, PEREIRA & C.^A

BANQUEIROS

Depósitos á ordem e a prazo

Todas as operações bancarias

Rua do Ouro, 61

Rua da Conceição, 116-118

LISBOA

TELEgrama PERMARCO
telefone C. 1493

EMPRESA DE CARRUAGENS

DE

Manuel Campos

100, R. da Arrabida, 102 Tel. Norte 1341

Coupés, mylords e landeaux.

Tudo o que ha de mais luxo.

Magnificas parelhas e cocheiros

bem fardados.

Carruagens para casamentos e baptisados

LUXO E BOM GOSTO

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Lama

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020



A SERIE
DE
PERFUMARIA
«Pompadour»

Constitue o nosso orgulho de fabricantes

Agua de Colonia «Pompadour»
Brilhantina crystalisada «Pompadour»
Dentifricios «Pompadour»
Essencia «Pompadour»
Loção «Pompadour»
Pó de arroz «Pompadour»
Sabonete «Pompadour»
Shampoo «Pompadour»

Brevemente: Crème «Pompadour»

Thomaz Mendonça, Filhos, Limitada

43, Calçada de Ombre, 47

LISBOA

Telephone C. 105